

# “Planejar o futuro”

16 DEZ 1985

GAZETA MERCANTIL

*Economia Brasil*

por Célia de Gouvêa Franco  
de São Paulo

O caminho para reduzir efetivamente a inflação brasileira passa por um processo de entendimento entre governo, empresários e trabalhadores. Mais do que isso, a nova rodada de reuniões que o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, começa a organizar depois de sua volta de Montevideu, onde participa de um encontro do Grupo de Cartagena, pretende ser uma discussão sobre os rumos da economia brasileira no próximo ano.

“A sociedade brasileira tem de se organizar para sair da armadilha da indexação. Não estou propondo um processo drástico de desindexação nem a adoção de um plano semelhante ao da Argentina. Mas estamos convocando os empresários e os trabalhadores para pensar e planejar o futuro do País”, disse Funaro, em entrevista na sexta-feira, depois de participar de um almoço com cerca de quatrocentos empresários reunidos pela Associação Brasileira da In-

dústria Elétrica e Eletrônica (Abinee).

Na prática, essa tentativa de entendimento já começou. Na própria sexta-feira, durante seu discurso no almoço da Abinee, Funaro pediu explicitamente aos empresários que não reduzam suas exportações para atender ao crescimento da demanda do mercado interno e que aumentem seus investimentos.

O governo identificou quais os setores industriais que diminuíram suas exportações e o próprio Funaro já conversou com alguns dos seus representantes e enfatizou a importância de o Brasil continuar com um volume expressivo de vendas de manufaturados para compensar as importações adicionais de alimentos no próximo ano, que podem chegar a US\$ 1 bilhão, por causa da seca. Além disso, as autoridades procuram garantir que o crescimento econômico vai-se manter, criando condições favoráveis para as empresas que decidirem investir no aumento da sua capacidade de produção.

Funaro também se reu-

niu, na sexta-feira à tarde, com representantes do setor agrícola para saber como se poderiam atenuar os efeitos da quebra da próxima safra por causa da prolongada estiagem na região Sul. Os agricultores, liderados por Olacyr Francisco de Moraes, maior plantador individual de soja do País, querem garantias de um preço satisfatório, de tal forma que se sintam motivados a plantar mesmo fora da época mais adequada. A última avaliação da Secretaria da Agricultura de São Paulo indica um total de perdas de Cr\$ 18,7 trilhões com os principais grãos da safra de verão e as culturas de café, laranja e cana-de-açúcar, segundo relata a repórter Wanda Jorge (ver página 16).

O ministro da Fazenda está convencido de que essa proposta de entendimento — que seria uma decisão do presidente José Sarney — é a melhor alternativa para combater a inflação. Ele lembra que já houve um grande entendimento nacional, recente e na área política, que resultou no

fim do regime autoritário e na eleição de um presidente civil. “Por que não poderia dar certo um entendimento econômico?”

O governo parte para essa iniciativa sem pressupostos em termos do que se poderia pedir concretamente para trabalhadores e empresários como contribuição para o combate à inflação. Mas dá garantias, segundo Funaro, de que não vai pedir redução de salários ou uma política de arrocho.

O mais importante, nessa nova rodada de conversações, será convencer trabalhadores e empresários de que é necessário reduzir a inflação, já que os mecanismos de correção existentes no Brasil minoram seus efeitos, dificultando medidas para sua queda. “Se algum setor não ceder, é evidente que a inflação também não cederá. Por isso, a inflação não é mais uma discussão econômica, mas uma discussão da sociedade brasileira.”

(Ver página 3)

A política de abastecimento será conduzida pelo ministro Dilson Funaro e administrada pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP), que será, assim, o centro decisório que tentará ordenar as ações de todos os órgãos ligados à área de abastecimento e preços (SEAP, Sunab, Snab, Cobal e CFP). Além disso, caberá também ao CIP fixar preços mínimos, preços-limite e controlar os preços finais dos produtos, em vez de exercer controle das margens de lucro.